

REGULAMENTO

6. REGULAMENTO DO PROGRAMA BRAGA SOLIDÁRIA - PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO

Submete-se a proposa de abertura de procedimento do Projeto de Regulamento do Programa Braga Solidária, de acordo com as alíneas c), h), i) e k) do n.º 2 do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no uso das competências expressamente referidas na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei n.º 75/2013, constante no processo.

Município de Braga

Programa Braga Solidária

Regulamento do Programa

Nota Justificativa

A necessidade de criar respostas que apoiem os cidadãos mais desfavorecidos ou aqueles que se encontram a atravessar um período de maiores dificuldades, exige aos serviços públicos e a todos aqueles que intervêm na área social, no uso das suas competências e na assunção das suas responsabilidades, a adoção de medidas que permitam, de uma forma justa e ponderada, contribuir para um maior equilíbrio do orçamento das pessoas e dos agregados familiares que, face à sua debilidade económica, têm grande dificuldade em conseguir satisfazer as necessidades básicas da sua vida.

Foi nesse âmbito que o Município de Braga, em 2014, criou o BragaSol, um programa que prevê apoio ao nível habitacional e de transporte para consultas e tratamentos a cidadãos com carência económica comprovada, e que desempenha um papel fundamental na resolução de problemas que afetam a sua população mais vulnerável e carenciada, assumindo-se como um elemento verdadeiramente catalisador da promoção da coesão social e da igualdade de oportunidades.

Face à experiência da implementação deste Programa nos últimos oito anos, bem como à conjuntura atual que o país atravessa, torna-se necessário adaptar os apoios vigentes ao contexto presente, criando um novo Programa e harmonizando-o com os restantes programas de apoio social promovidos pelo Município de Braga, e garantindo uma maior eficácia e celeridade na análise dos pedidos e na execução das respostas.

Este novo Programa – Braga Solidária - apresenta-se como uma iniciativa local de apoio social, um instrumento de política pública do Município de Braga que visa apoiar as famílias economicamente vulneráveis a melhorarem o seu bem-estar e qualidade de vida, no exercício das

atribuições que legalmente lhe estão conferidas, com especial relevância para as áreas referidas nas alíneas c), h), i) e k) do n.º 2 do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no uso das competências expressamente referidas na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei n.º 75/2013.

O Programa terá um financiamento fixado por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de acordo com a dotação prevista no seu orçamento anual. A sua gestão administrativa será assegurada pelo Município, sendo que a execução técnica contará com a colaboração da BragaHabit, E. M. e dos Transportes Urbanos de Braga, E.M., de acordo com as normas que se seguem:

Artigo 1.º

Objetivos

O Programa Braga Solidária, abreviadamente designado por Programa, é uma iniciativa do Município de Braga que prevê apoio ao nível habitacional e de transporte para consultas e tratamentos a cidadãos com carência económica.

Artigo 2.º

Definições

Para efeito do disposto no presente Regulamento, considera-se:

- a) «Candidatura», documento que formaliza o pedido de apoio;
- b) «Candidato», pessoa que apresentou um pedido de concessão de um apoio;
- c) «Agregado familiar», o conjunto de pessoas que residem em economia comum;
- d) «Pessoa portadora de deficiência», a pessoa com deficiência com grau comprovado de incapacidade igual ou superior a 60%;
- e) «Indexante dos apoios sociais», o valor fixado nos termos da Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril;
- f) «Rendimento mensal bruto» (RMB), o duodécimo do total dos rendimentos anuais ilíquidos auferidos por todos os elementos do agregado familiar, considerados nos termos

do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, alterado pela Lei n.º 15/2011, de 3 de maio, e pelos Decretos-Leis n.os 113/2011, de 29 de novembro, e 133/2012, de 27 de junho, ou, caso os rendimentos se reportem a período inferior a um ano, a proporção correspondente ao número de meses a considerar;

- g) «Rendimento mensal corrigido» (RMC), o rendimento mensal bruto deduzido da quantia correspondente à aplicação ao indexante dos apoios sociais de cada um dos fatores previstos no Regulamento de Apoio à Habitação do Município de Braga;
- h) «Pequenas obras de conservação, reparação ou beneficiação de habitações degradadas», todas as obras simples que consistam em reparação de paredes, coberturas e pavimentos, arranjos de portas e janelas, instalação ou melhoramento de instalações sanitários, saneamento e eletricidade;
- i) «Obras de melhoria das condições de segurança e conforto de pessoas com deficiência ou em situação de dificuldade ou risco relacionado com a mobilidade e ou segurança no domicílio », todas as obras que se demonstrem necessárias à readaptação do espaço no sentido de o adequar à habitabilidade de pessoas com deficiência, entre as quais, construção de rampas, adequação da disposição de loiças nas casas de banho ou a sua implantação, colocação de materiais protetores em portas e ombreiras, construção de locais de recolha de cadeiras de rodas ou outro equipamento ortopédico equivalente, alteração e adaptação de mobiliário de cozinha, alargamento e adequação de espaços físicos, colocação de materiais destinados à utilização por parte de pessoas com deficiência.

Artigo 3.º

Áreas de intervenção

- 1. Para efeitos do presente Programa, consideram-se elegíveis as seguintes ações:
 - a) Pequenas obras de conservação, reparação ou beneficiação de habitações degradadas, incluindo ligação às redes de abastecimento de água, eletricidade e esgotos;
 - b) Melhoria das condições de segurança e conforto de pessoas com deficiência ou em situação de dificuldade ou risco relacionado com a mobilidade e ou segurança no domicílio, decorrente do processo de envelhecimento ou de doenças crónicas debilitantes;

- c) Desconto na aquisição de títulos de transporte dos Transportes Urbanos de Braga, nos termos dos tarifários em vigor;
- 2. Os equipamentos e as soluções apoiadas pelo presente Programa, bem como a sua instalação, devem cumprir com a legislação e regulamentação em vigor nas respetivas áreas.
- 3. Os apoios não precludem a atribuição de isenção do pagamento de taxas e licenças legalmente contempladas.
- 4. Os apoios previstos neste Programa não são cumulativos com outros apoios públicos da mesma natureza.

Artigo 4.º

Vigência, etapas e desenvolvimento

O Programa é desenvolvido ao longo de todo o ano civil e é constituído pelas seguintes etapas ou fases de desenvolvimento:

a) Preparação, que engloba:

- i. definição do orçamento do Programa;
- ii. constituição da Comissão de Acompanhamento de Execução do Programa, cujos membros serão nomeados pelo Presidente da Câmara Municipal;
- iii. abertura do período de apresentação de candidaturas.

b) Apresentação de candidaturas, que engloba:

- i. Submissão de candidatura que inclui:
 - Preenchimento de formulário com documentos instrutórios;
- ii. Visita técnica, no caso de pedido de obras, que inclui:
 - Visita ao local;
 - Análise da pretensão do candidato;
 - Apresentação de propostas por parte da Comissão de Acompanhamento.

c) Apreciação/Aprovação das Candidaturas, que engloba:

- i. Análise da candidatura pela Comissão de Acompanhamento;
- ii. Elaboração de relatório técnico pela Comissão de Acompanhamento;

- iii. Submissão para aprovação pelo/a Vereador/a com competências na área de responsabilidade da Inovação e Coesão Social;
- d) Entrega do apoio**, que engloba:
 - i. Notificação do candidato;
 - ii. Informação sobre as condições de entrega do apoio concedido;
- e) Execução e Acompanhamento da adoção das ações de beneficiação** que engloba:
 - i. implementação das ações potenciadoras de beneficiação das habitações e ou entrega de apoios ao transporte;
- f) Avaliação**, que engloba:
 - i. visita ao local, onde foram executadas as soluções implementadas;
 - ii. produção de relatório final.

Artigo 5.º

Dos candidatos

- 1. Podem candidatar-se ao Programa, nomeadamente para a realização de intervenções habitacionais, as pessoas singulares que reúnam cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) Residir em habitação própria no Município de Braga;
 - b) Residir em permanência na habitação inscrita para o Programa;
 - c) Não possuir o candidato individual, ou o agregado familiar, qualquer outro bem imóvel destinado a habitação, para além daquele que é objeto do Programa, na área do Município;
 - d) Pertencer a um agregado familiar cujo Rendimento Mensal Corrigido não seja superior a quatro vezes o Indexante de Apoios Sociais;
 - e) O imóvel em causa carecer de obras de conservação, reparação ou beneficiação, essenciais para garantir as condições de habitabilidade e conforto, ou carecer de melhoria das condições de segurança e conforto de pessoas de pessoas com deficiência ou em situação de dificuldade ou risco relacionado com a mobilidade e ou segurança no domicílio, decorrente do processo de envelhecimento ou de doenças crónicas debilitantes, atestadas por documento médico comprovativo da situação;

2. São ainda elegíveis pessoas singulares que sejam arrendatárias com contrato por tempo indeterminado e reúnam, cumulativamente, os requisitos identificados nas alíneas b) a e) do número anterior.
3. No que diz respeito à atribuição de apoios ao nível de transporte, apenas são considerados os requisitos previstos nas alíneas a), c) e d) do número 1 do presente artigo.

Artigo 6.º

Da Comissão de Acompanhamento

1. Compete ao Presidente da Câmara Municipal designar os membros da Comissão de Acompanhamento do Programa, que será composta por três elementos: um em representação do Município de Braga, um em representação da BragaHabit e um em representação dos Transportes Urbanos de Braga.
2. Serão competências da Comissão de Acompanhamento:
 - a) proceder à realização de uma visita técnica após a submissão de candidaturas;
 - b) elaboração de relatório técnico com análise de viabilidade e propostas de intervenção;
 - c) apreciação da candidatura mediante a elaboração de relatório técnico com determinação objetiva das melhorias que serão atingidas com a realização dos trabalhos a executar;
 - d) acompanhamento das adoções das ações aprovadas, designadamente, visita ao local e elaboração de relatório final de verificação das conformidades.
3. Caso a Comissão verifique a existência de desconformidades nas ações de melhoria ou a prestação de falsas declarações, deverá determinar a sua correção ou propor ao Presidente da Câmara Municipal que suspenda o apoio concedido e/ou determine a sua devolução, atenta a gravidade das desconformidades.
4. A Comissão de Acompanhamento poderá, no exercício das suas funções, solicitar apoio técnico aos diversos serviços e equipas do Município ou da BragaHabit ou dos Transportes Urbanos de Braga, assim como informações aos respetivos fornecedores, com vista ao adequado exercício das suas funções.

Artigo 7.º

Financiamento

1. Cabe à Câmara Municipal de Braga fixar o montante a afetar, em cada ano económico, a este Programa.
2. O montante referido no número anterior constitui limite à atribuição de apoios no âmbito deste Programa, e a falta de disponibilidade de verbas constitui fundamento bastante para a não atribuição dos mesmos, nos termos disciplinados pelo presente Regulamento.
3. A execução dos apoios aprovados no âmbito do presente Programa são da responsabilidade do Município de Braga e dos seus parceiros, em função da sua área de intervenção.
4. Cada candidato tem direito a um único apoio no âmbito deste Programa;

Artigo 8.º

Despesas elegíveis

Não são elegíveis despesas relacionadas com:

- a) Custos reembolsados por outras fontes de financiamento;
- b) Projetos, certificações, auditorias, estudos e atividades preparatórias, licenciamentos;
- c) Despesas associadas a outras intervenções no edifício ou fração que não se encontrem relacionadas com as intervenções elegíveis;

Artigo 9.º

Apresentação de candidaturas

1. As candidaturas devem ser apresentadas exclusivamente junto do Balcão Único do Município de Braga.
2. Não serão aceites candidaturas submetidas por outras vias.
3. O processo de candidatura deverá integrar obrigatoriamente, sob pena de rejeição liminar, a seguinte documentação:
 - Formulário de candidatura devidamente preenchido, conforme Anexo I;

- Documento que comprove que reside no concelho de Braga há mais de 3 anos e composição do agregado familiar, emitido pela Junta de Freguesia;
 - Cópia do Cartão de Cidadão dos elementos do agregado familiar;
 - Comprovativo da declaração do último IRS;
 - Nota de Liquidação do último IRS;
 - Certidão de não dívida do candidato perante a Autoridade Tributária e Aduaneira, válida, ou, preferencialmente, autorização para consulta da situação tributária, devidamente assinalada no formulário de preenchimento da candidatura;
 - Certidão de não dívida do candidato perante a segurança social, válida, ou, preferencialmente, autorização para consulta da situação contributiva, devidamente assinalada no formulário de preenchimento da candidatura;
 - Comprovativo de propriedade do imóvel ou cópia do contrato de arrendamento habitacional, caso se candidate na qualidade de arrendatário;
 - Declaração de compromisso do candidato indicando que não beneficiou de qualquer outro apoio público da mesma natureza;
 - Documento médico comprovativo da situação de pessoa de portadora de deficiência ou dificuldade de mobilidade, caso seja aplicável;
4. A análise de elegibilidade dos candidatos é avaliada de acordo com a ordem de submissão das candidaturas, procedendo-se à validação da informação registada pelo candidato em cada candidatura.
 5. O candidato será notificado do resultado da avaliação de elegibilidade, designadamente se é “elegível” ou “não elegível”, através de uma notificação enviada pelo Município de Braga.
 6. Caso seja necessário solicitar ao candidato informação adicional, é enviada uma notificação automática pelo Município de Braga, com a indicação da documentação necessária.
 7. O prazo para apresentação da documentação solicitada é de 5 (cinco) dias úteis. Em caso de não apresentação da documentação dentro do referido prazo, a candidatura será

excluída, sendo o candidato notificado dessa decisão através de uma notificação do Município.

Artigo 10.º

Aprovação das Candidaturas

As candidaturas são aprovadas de acordo com a ordem de submissão das candidaturas até ao limite do montante afetado pelo Município de Braga a este Programa.

Artigo 11.º

Processamento de decisão

1. A candidatura só poderá ser aprovada se:
 - a) O pedido se encontrar devidamente instruído com os elementos referidos no Artigo 9.º;
 - b) O relatório técnico, elaborado pela Comissão de Acompanhamento, for favorável à intervenção proposta.
2. Após conclusão do processo de análise de elegibilidade e em caso de aprovação, o candidato será notificado da decisão e das condições de entrega do apoio concedido;

Artigo 12.º

Prazo de execução e monitorização

A execução física e financeira dos projetos apoiados pelo Programa deverá estar concluída no prazo máximo de 6 (seis) meses após a aprovação da candidatura.

Artigo 13.º

Erros e Omissões

As dúvidas e omissões decorrentes da aplicação das disposições do presente Programa serão esclarecidas e decididas pelo Presidente da Câmara Municipal ou pelo Vereador com competências delegadas, sob proposta da Comissão de Acompanhamento.

Artigo 14.º

Dados Pessoais

1. O tratamento de dados pessoais realizados ao abrigo deste regulamento é definido pela legislação relativa à proteção de dados pessoais, designadamente o Regulamento (UE) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).
2. O Município de Braga é a entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais recolhidos para efeitos do presente Regulamento, garantindo a sua confidencialidade e o sigilo em conformidade com a legislação em vigor.
3. A recolha dos dados pessoais dos candidatos tem por finalidade a candidatura ao presente Programa e não serão comunicados ou transmitidos a qualquer outra entidade.
4. Nos termos previstos no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, o titular pode exercer os seus direitos de acesso, retificação, oposição, limitação de tratamento, portabilidade ou apagamento, bem como retirar o consentimento, através de pedido de exercício desses seus direitos, a submeter junto da Divisão de Coesão Social e Solidariedade do Município de Braga.
5. Os dados pessoais facultados no âmbito deste regulamento serão alvo de tratamento e conservação, por parte dos serviços do Município de Braga, até 12 (doze) meses após a conclusão do processo associado ao mesmo, sem prejuízo da sua conservação para além desse período para cumprimento de obrigações municipais e/ou legais.

Artigo 15.º

Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor após a sua publicação em Diário da República, revogando o regulamento em vigor aprovado na reunião de 2014/11/10.



Anexo I
Formulário de Candidatura

Exmo. Senhor

Presidente do Município de Braga

Dr. Ricardo Rio

V/ referência	V/ data	N/ referência	N/ data
		Of. N.º 0001/ADM	03/01/2023

Assunto: Regulamento do Programa Braga Solidária

Exmo. Senhor Presidente do Município de Braga

Dr. Ricardo Rio,

A necessidade de criar respostas que apoiem os cidadãos mais desfavorecidos ou aqueles que se encontram a atravessar um período de maiores dificuldades, exige aos serviços públicos e a todos aqueles que intervêm na área social, no uso das suas competências e na assunção das suas responsabilidades, a adoção de medidas que permitam, de uma forma justa e ponderada, contribuir para um maior equilíbrio do orçamento das pessoas e dos agregados familiares que, face à sua debilidade económica, têm grande dificuldade em conseguir satisfazer as necessidades básicas da sua vida.

Foi nesse âmbito que o Município de Braga, em 2014, criou o BragaSol, um programa que prevê apoio ao nível habitacional e de transporte para consultas e tratamentos a cidadãos com carência económica comprovada, e que desempenha um papel fundamental na resolução de problemas que afetam a sua população mais vulnerável e carenciada, assumindo-se como um elemento verdadeiramente catalisador da promoção da coesão social e da igualdade de oportunidades.

Face à experiência da implementação deste Programa nos últimos oito anos, bem como à conjuntura atual que o país atravessa, torna-se necessário adaptar os apoios vigentes ao contexto presente, criando um novo Programa e harmonizando-o com os restantes programas de apoio social promovidos pelo Município de Braga, e garantindo uma maior eficácia e celeridade na análise dos pedidos e na execução das respostas.

Este novo Programa – Braga Solidária - apresenta-se como uma iniciativa local de apoio social, um instrumento de política pública do Município de Braga que visa apoiar as famílias economicamente vulneráveis a melhorarem o seu bem-estar e qualidade de vida, no exercício das atribuições que legalmente lhe estão conferidas, com especial relevância para as áreas referidas nas alíneas c), h), i) e k) do n.º 2 do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no uso das competências expressamente referidas na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei n.º 75/2013.

O Programa terá um financiamento fixado por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de acordo com a dotação prevista no seu orçamento anual. A sua gestão administrativa será assegurada pelo Município, sendo que a execução técnica contará com a colaboração da BragaHabit, E. M. e dos Transportes Urbanos de Braga, E.M., de acordo com a proposta de regulamento que será elaborado no decorrer deste processo.

Com os melhores cumprimentos,

O Administrador Executivo

À PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

CANDIDATURA AO PROJETO “BRAGA SOLIDÁRIA”

REQUERENTE (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)

NOME/DESIGNAÇÃO
ENDEREÇO
FREGUESIA
CÓDIGO POSTAL CONCELHO
CONTACTO TELEFÓNICO E-MAIL
BI/CC VÁLIDO ATÉ NIF
N.º DE UTENTE DE SAÚDE

REPRESENTANTE (SE APLICÁVEL)

NOME
BI/CC VÁLIDO ATÉ NIF

ENDEREÇO DE CONTACTO PARA EFEITOS DE NOTIFICAÇÃO

UTILIZAR DADOS DO REQUERENTE ACIMA IDENTIFICADOS ☐ SIM ☐ NÃO (SE NÃO, PREENCHER OBRIGATORIAMENTE OS CAMPOS INFRA)

ENDEREÇO
FREGUESIA
CÓDIGO POSTAL CONCELHO
CONTACTO TELEFÓNICO E-MAIL

Nota 1 - As notificações e comunicações aos interessados de todas as decisões ou informações que possam ser efetuadas por via postal simples, serão realizadas através de correio eletrónico, conforme previsto no artigo 112º do CPA ou 121º do RJUE, salvo quando esta não for possível. Sempre que não possa processar-se por via eletrónica, a notificação é efetuada por via postal simples. O requerente presume-se notificado em consonância com o previsto no artigo 113º do Código do Procedimento administrativo. A Câmara Municipal de Braga poderá utilizar os contatos fornecidos para efeitos de comunicação/notificação no âmbito de processos em curso.

PRETENSÃO * (ASSINALE COM UM X A QUADRICULA RESPETIVA E PREENCHA O QUE LHE INTERESSA)

VEM REQUERER:

☐ PEQUENAS OBRAS E REPARAÇÕES HABITACIONAIS¹, NOMEADAMENTE

¹ CONSULTAR DEFINIÇÃO NA ALÍNEA D) DO REGULAMENTO PROJETO BRAGA SOL;

☐ OBRAS DE MELHORAMENTO DE CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E CONFORTO DE HABITAÇÕES DE INDIVÍDUOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICOMOTORA², NOMEADAMENTE:

☐ APOIO NA AQUISIÇÃO DE PASSE DOS TRANSPORTES PÚBLICOS (TUB), NOS TERMOS DO TARIFÁRIO EM VIGOR.

PROTEÇÃO DE DADOS

O MUNICÍPIO DE BRAGA, ENQUANTO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DOS DADOS, ASSEGURA QUE OS DADOS PESSOAIS RECOLHIDOS SERÃO EXCLUSIVAMENTE UTILIZADOS A CANDIDATURA AO PROJETO "BRAGA SOLIDÁRIA". OS DADOS RECOLHIDOS PODEM TAMBÉM SER UTILIZADOS PARA FINS ESTATÍSTICOS. O MUNICÍPIO DE BRAGA NÃO PARTILHA OS SEUS DADOS COM TERCEIROS.

ENQUANTO TITULAR DE DADOS, PODERÁ EXERCER, A QUALQUER MOMENTO, OS SEUS DIREITOS DE ACESSO, RETIFICAÇÃO, APAGAMENTO, LIMITAÇÃO, OPOSIÇÃO E PORTABILIDADE ATRAVÉS DE SOLICITAÇÃO PARA OS SEGUINTE CONTACTOS:

RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DE DADOS – RGPD@CM-BRAGA.PT ; **ENCARREGADO DA PROTEÇÃO DE DADOS** – DPO@CM-BRAGA.PT

PARA MAIS INFORMAÇÕES CONSULTE A POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DISPONÍVEL NO SITE EM [HTTPS://WWW.CM-BRAGA.PT/PT/0107/AVISOS-LEGAIS](https://www.cm-braga.pt/pt/0107/avisos-legais) .

DECLARAÇÃO

- ☐ TENHO CONHECIMENTO E AUTORIZO, DE FORMA EXPRESSA E INFORMADA, A RECOLHA E TRATAMENTO DOS DADOS, SOB COMPROMISSO DO MUNICÍPIO DE BRAGA MANter A INTEGRIDADE E USO EXCLUSIVO DAS FINALIDADES PREVISTAS;
- ☐ TOMO CONHECIMENTO QUE O PEDIDO TEM QUE ESTAR EM CONFORMIDADE COM O ART.º 102 DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (DECRETO-LEI N.º 4/2015 DE 7 DE JANEIRO).

CONSENTIMENTO

- ☐ AUTORIZO ☐ NÃO AUTORIZO A UTILIZAÇÃO DOS MEUS CONTACTOS PARA EFEITOS DE DIVULGAÇÃO DE INICIATIVAS DO MUNICÍPIO.

DOCUMENTOS INSTRUTÓRIOS

(TODOS OS DOCUMENTOS COM ASTERISCO (*) SÃO DE CARÁTER OBRIGATÓRIO, OS RESTANTES SÃO OBRIGATÓRIOS SE APLICÁVEIS)

- ☐ DOCUMENTO QUE COMPROVE QUE RESIDE NO CONCELHO DE BRAGA HÁ MAIS DE 3 ANOS E COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR, EMITIDO PELA JUNTA DE FREGUESIA;*
- ☐ CÓPIA DO CARTÃO DE CIDADÃO DOS ELEMENTOS DO AGREGADO FAMILIAR;*
- ☐ COMPROVATIVO DA DECLARAÇÃO DO ÚLTIMO IRS;*
- ☐ NOTA DE LIQUIDAÇÃO DO ÚLTIMO IRS;*
- ☐ CERTIDÃO DE NÃO DÍVIDA DO CANDIDATO PERANTE A AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA, VÁLIDA, OU, PREFERENCIALMENTE, AUTORIZAÇÃO PARA CONSULTA DA SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA, DEVIDAMENTE ASSINALADA NO FORMULÁRIO DE PREENCHIMENTO DA CANDIDATURA;*
- ☐ CERTIDÃO DE NÃO DÍVIDA DO CANDIDATO PERANTE A SEGURANÇA SOCIAL, VÁLIDA, OU, PREFERENCIALMENTE, AUTORIZAÇÃO PARA CONSULTA DA SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA, DEVIDAMENTE ASSINALADA NO FORMULÁRIO DE PREENCHIMENTO DA CANDIDATURA;*
- ☐ COMPROVATIVO DE PROPRIEDADE DO IMÓVEL OU CÓPIA DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL, CASO SE CANDIDATE NA QUALIDADE DE ARRENDATÁRIO (APENAS PARA OBRAS);
- ☐ DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO CANDIDATO INDICANDO QUE NÃO BENEFICIOU DE QUALQUER OUTRO APOIO PÚBLICO DA MESMA NATUREZA;*
- ☐ DOCUMENTO MÉDICO COMPROVATIVO DA SITUAÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA OU DIFICULDADE DE MOBILIDADE, CASO SEJA APLICÁVEL.

³ NOS TERMOS LEGAIS (CF. ARTIGO 5º, Nº2 DA LEI 7/2007 QUE REGULA O CARTÃO DE CIDADÃO), AUTORIZO A UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CIDADÃO PARA **XXXX**.

PEDE DEFERIMENTO

REQUERENTE/REPRESENTANTE

DATA

O requerente responsabiliza-se pela informação prestada, quanto à pretensão e conteúdo

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS

- ☐ ASSINATURA DO(S) REQUERENTE(S) FOI CONFIRMADA PELA EXIBIÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO.
- ☐ O PEDIDO ESTÁ INSTRUÍDO COM OS ELEMENTOS SUPRA INDICADOS PELO REQUERENTE.
- ☐ EXISTEM DEFICIÊNCIAS OU OMISSÕES NA INSTRUÇÃO DO PEDIDO, TENDO SIDO INFORMADO O REQUERENTE DO PROVÁVEL PEDIDO DE APERFEIÇOAMENTO. CONTUDO, POR SUA INSISTÊNCIA, FOI ACEITE.

OBSERVAÇÕES

O TÉCNICO DE ATENDIMENTO		DATA	